

# **REFLEXÕES**

## **SAGRADAS ESCRITURAS: Centralidade e Autoridade numa perspectiva anglicana**

**05**

**Igreja Episcopal Anglicana do Brasil  
Centro de Estudos Anglicanos**

## Apresentação

Uma das maiores preocupações expressas na última reunião do Grupo Consultivo do CEA foi a necessidade de se explorar mais didaticamente a Bíblia. Desde o Seminário *Marcas do Anglicanismo*, percebeu-se que a abordagem da Escritura como fonte de nossa Teologia, como substrato de nossa Liturgia, carrega consigo os riscos da duvidade hermenêutica.

Existem os que entendem que a Bíblia é o “texto”. E, como tal, esquecem a “floresta”, com sua diversidade de cores e enfoques. Outros, porém, a encaram de maneira superficial, com medo quem sabe de “mergulhar” nas suas profundezas e descobrir que para além do texto há um propósito. Quem sabe, não precisamos resgatar a visão de que, ao invés de ser um “*ponto de chegada*”, a Palavra de Deus seja concretamente o “*ponto de partida*” da nossa espiritualidade

É com essa preocupação que publicamos este quinto número da série **REFLEXÕES**, dedicado à Escritura. Trata-se de uma tradução, feita por D. Sumio Takatsu, de um texto do **Prof. Frederick H. Borsch**, intitulado “*Todas as coisas necessárias à Salvação*”.

Complementando a tradução, temos dois textos que pertencem à tradição anglicana, construída na última década: A **Conferência de Lambeth de 1988** e o **Relatório de Virgínia**.

Esperamos que esses textos sirvam como importante ferramenta para nossas lideranças. E, como parte de nossa metodologia de trabalho, aguardamos a manifestação daqueles que quiserem destacar pontos ou fazer sugestões sobre aspectos não contemplados nesta edição.

Em Cristo Jesus, Senhor Nosso

**Rev Francisco de Assis da Silva**  
**Coordenador**



# TODAS AS COISAS NECESSÁRIAS PARA A SALVAÇÃO

*Frederick Houk Borsch*

O estado atual anglicano com referência ao lugar da Bíblia na Igreja desenvolveu-se dentro da história dos latitudinários - teólogos do século XVII, que apelavam à Escritura, Razão e Igreja, e interessados no saber humano. Temos reconhecido as razões políticas e históricas - que remontam, no mínimo ao século XVI - de certo grau de ambivalência e medidas de ampla tolerância na compreensão do caráter da autoridade e inspiração da Bíblia. Na medida em que os anglicanos podiam concordar que a Bíblia tinha papel central e, de certo forma, crucial na fé e na prática (especialmente, na adoração), talvez esse fosse mais o que poderia esperar. "Não existe um dogma exato sobre a inspiração que se espera receber como exigido de um eclesiano" que Charles Gore sustentava com certo orgulho. E dia, também que "certamente, ninguém tem o direito de impor nos seus seguidores qualquer crença particular sobre a inspiração, sua natureza e seus limites". A necessidade tornou-se, em certo sentido, uma virtude na medida em que a Bíblia veio a ser mais amplamente acessível em inglês e mais gente aprendia ler. A capacidade da maioria dos indivíduos para ouvir e ler a Bíblia e tomar decisões espiritualmente orientadas por si mesmos com um mínimo de orientação da parte da liderança da Igreja foi considerada, no mínimo, em algumas partes da Comunhão Anglicana como sendo um sinal de fortalecimento, sinal de maturidade que ela esperava de seus membros. "A dispersão da autoridade no anglicanismo está enraizada na convicção de que os cristãos para os quais as Escrituras são lidas em sua própria linguagem (especialmente, no contexto da liturgia) são capazes de discernir os essenciais da fé" (S. Sykes)

Há, todavia, perigos óbvios envolvidos em tornar escritos selecionados tão centrais da vida da comunidade de crentes e deixá-los suas interpretações tão abertas. A centralidade pode sugerir a muitos uma compreensão de que a Bíblia pode e deve ser usada com tamanha autoridade legalista que outros não estão desejosos de aceitar. Ou algumas partes da Bíblia são usadas dessa forma e outras partes sem muita reflexão prévia e aprofundada e pode-se resultar em confusão de argumentos e falta de integridade. As Escrituras podem tornar-se uma causa de divisão, ao invés de fonte de unidade da comunidade e de comunidades da Igreja.

Um perigo oposto está em que a Bíblia poderá ser altamente honrado, mas não levado a sério, profusamente mencionada, mas não aplicada para a fé e prática com rigor e consistência. Na medida em que os marés do relativismo, o método científico e crítica histórica tornam mais problemáticas as formas pelas quais a Bíblia é ouvida, então a Bíblia vem a ser mais reverenciada do que lida. As mais variadas traduções aparecem e as encadernação fica mais bela cada dia, a Bíblia fica nos estantes. As passagens das Escrituras são mais veneradas nos ofícios litúrgicos da Igreja do que ouvidas e expostas. Como, então, a bíblia pode ter o lugar de autoridade na vida da Igreja e de seus membros outra que bajulação?

Não há dúvida que as Igrejas da Comunhão Anglicana vivem hoje com a maioria desses perigos e, com freqüência, passam por eles, às vezes, severamente. Há horas em que os perigos se juntam e as pessoas sentem-se dogmaticamente espancadas com a Bíblia que não se lê. A Escritura pode ser usada para atacar ou apoiar quase qualquer idéia por aqueles que conhecem os pedacinhos do conteúdo da Bíblia sem dar atenção a qualquer princípio de interpretação.

Não obstante, é o argumento deste capítulo que há muito na abordagem anglicana contemporânea da Bíblia que pode ser reconhecido afirmativamente como sendo corretamente orientada pela própria Escritura, pela experiência de seu uso e pela reflexão com sabedoria e oração sobre a função da Bíblia na fé e vida cristãs. Os perigos que estão envolvidos em aceitar a função central e única na fé cristã, embora ainda se faça sua autoridade relativa a outros aspectos da experiência cristã, são riscos que devem ser assumidos. SE, todavia, a Bíblia deve ter o seu papel próprio, medidas devem ser procuradas para contrabalançar, ou, pelo menos, minimizar os riscos.

Procedamos lembrando-nos de certos aspectos históricos e característicos da Bíblia. Então, consideremos como a Escritura pode melhor ser considerada como uma fonte inspirada de revelação para a Igreja e como pode ser vista sua autoridade. Reflitamos, finalmente, sobre a compreensão e medidas que a Igreja de hoje poderia usar para assegurar a função própria da Bíblia.



A Bíblia surgiu da experiência das comunidades que acreditaram que Deus estava misteriosa e decisivamente presente e ativo entre elas. É de importância crítica lembrar-se de que as comunidades da fé precederam à composição da Bíblia e eram contextos de seu desenvolvimento e redação. Durante os estágios em que foi composta a Bíblia ( no período de mil anos) as comunidades interagiam com as partes da Bíblia que já haviam sido escritos e faziam comentários desses textos e aditamentos.

Como a Igreja surgiu após a vida, morte e ressurreição de Jesus, a única Escritura que ela conhecia era a Escritura do judaísmo. Os escritos do Novo Testamento eram, de certa forma, comentários das Escrituras mais antigas à luz do evento de Cristo, mas também trouxeram mudança na interpretação da estória de Israel para os cristãos. Então, naturalmente, era ainda um período de vários séculos antes da Igreja chegar a uma concordância aproximada sobre quais livros deveriam ser considerados como tendo autoridade para a fé cristã. Através desse período, mais especialmente em seus estágios iniciais permaneceu um senso vigoroso de que o que tornava uma pessoa cristã foi o contato pessoal com o Cristo ressurrecto por meio da comunidade contínua dos discípulos e o conhecimento das histórias básicas e ensino da fé por meio dessa comunidade. Entre as primeiras gerações dos cristãos foi nas palavras ditas e não nas escritas o Cristo vivo foi melhor encontrado se ganhava um senso da presença de Deus no mundo. O Deus que não poderia ser visto nem capturado nas formas fixas de declarações escritas poderia ser ainda ouvido na dinâmica das comunidades em contínua pregação e “re-narração” de suas histórias. Só gradualmente as Escrituras vieram ocupar o seu lugar como fonte de inspiração e testemunho da fé que poderia ser dito estar em mesmo nível do contínuo ensino oral da comunidade, as quais poderiam ser usadas não só como guia, mas também corretivo desse ensino oral. Desde esse tempo, no interior da maioria das tradições cristãs, houve, no mínimo, certa consciência de que a Bíblia é o livro da comunidade e deve estar, de alguma forma, em dialética com a contínua comunidade de fé para sua própria compreensão e interpretação. Talvez, deve ser lembrado acima de tudo que o melhor meio da continuidade do cristianismo e sua propagação (pelas razões teológicas e práticas) é o de pessoas para pessoas. É nesse contexto a Bíblia encontra seu papel mais tradicional.

## *DIVERSIDADE NA BÍBLIA*

Observamos que a Bíblia foi composta no decorrer de um período de dezenas de séculos. Ela tem sua procedência nas diversas culturas e várias línguas. Mesmo o Novo Testamento, num período relativamente breve, reconhecemos que diversas comunidades e perspectivas influíram fortemente no que foi escrito e na maneira de sua apresentação. Certamente, o grupo que recebeu a Carta aos Hebreus parece muito distinto daquela que recebeu a Carta de Tiago. A comunidade cristã em Corinto deve ter se diferenciado amplamente daquela que, primeiro, ouviu o Evangelho de Mateus. Os quatro Evangelhos são transformação em textos escritos de uma história de várias décadas de ensino, controvérsia, perseguição, do recontar, e da adoção de forma, que resultaram em ênfase muito particulares. Também os diferentes autores do Novo Testamento tiveram sua atitude distinta para com as Escrituras judaicas e aplicaram-lhes métodos diferentes de interpretação.

A consciência dessa diversidade tem causado, às vezes, angústia aos crentes que esperam encontrar na Bíblia um testemunho mais unívoco da forma e caráter da fé. Todavia, essa mesma consciência tem sido iluminação e auxílio para outros que tentam entender construtivamente a diversidade de ênfases existentes no cristianismo, e, em particular, na Comunhão Anglicana. Se o cristianismo tinha, desde o início, alguma coisa dessa natureza, talvez, tal pluralismo pode ser observado como teologicamente e historicamente benéfico - um dado que não é um desenvolvimento posterior, mas que é essência da experiência cristã. Independentemente de nossa reação para com a diversidade e pluralismo na Bíblia, devem eles ser tratados, todavia, como uma das realidades históricas para a interpretação bíblica.

Por vezes, essa diversidade pode ser acolhida com facilidade: diferentes perspectivas sobre Jesus aprofundam a compreensão de alguém a respeito de tudo que Jesus pode significar para a humanidade. No entanto, noutras vezes, a Escritura parece falar com tais diferentes vozes a ponto de ser ambígua, pelo menos, se não paradoxal ou até contraditória. Deus e suas criaturas humanas têm alguma forma de semelhança e relação. Deus pode ser falado antropomorficamente. Todavia, Deus e seus caminhos são completamente diferentes, virtualmente incognoscíveis à parte da revelação.



Deus é um Juiz severo e implacável, mas sua misericórdia é generosa e acima da medida humana. Seres humanos, suas ações e escolhas estão quase inteiramente sob controle divino. Não obstante, os seres humanos são responsáveis pelo que fazem. Já começou o Reinado de Deus, porém está no futuro. Pode-se falar dele como um lugar e como experiência interior. Jesus é plenamente humano e, também, Ele é plenamente de Deus.

Pode-se fazer das aparentes contradições paradoxos e, então, resolvê-las, porém, pode-se começar reconhecendo que o próprio caráter dialético de tão grande parte da Bíblia tem esse propósito. Parece afastar a quem deseja ter respostas fáceis e estabelecer soluções para as questões e preocupações religiosas. Talvez, especialmente, no ensino de Jesus aparece, às vezes, resposta ambígua estudada, parábolas e enigmas, que inicialmente interrompem aqueles que buscam resposta direta às suas perguntas: Como é o reinado de Deus? Que devo fazer para herdar o reinado de Deus? Quantas vezes o meu irmão contra mim e devo perdoar? Por que comes com os pecadores e publicanos?

A resposta de Jesus são palavras e ações que falam nos cegos que vêem, e nos surdos que ouvem, enquanto os que têm aparentemente boa visão e audição não enxergam Jesus e nem o ouve. Os que anteriormente eram considerados inaceitáveis sentam-se agora à Mesa. A calamidade deve ser vista como uma nova oportunidade. Há repentina e misteriosa abundância e maravilhosa graça. Suas parábolas começam freqüentemente em meio às circunstâncias do cotidiano: nas fazendas, nos campos, com dois irmãos, refeição, semeadura e colheita. Mas, na medida em que as histórias progredem elas sofrem voltas e reviravoltas. Na medida em que a estória parece menos plausível na sua superfície, aparecem estalos no que antes se pensava ser uma realidade aparente e o ouvinte é indagado a procurar uma verdade mais profunda. É convidado a ter parte em várias figuras na estória e compartilhar sua experiência. O movimento metafórico no coração da parábola atrai o ouvinte para ver se ele pode perceber novas possibilidades com respeito a presença e atividade misteriosas de Deus no mundo - o que Jesus falou como sendo o reinado de Deus. É como se dissesse que se alguém olhasse só a superfície das coisas não tem olhos para ver e ouvido para ouvir como Deus está presente em sua criação. O processo tem sido descrito como o de "reorientação por meio de desorientação" Para alguém se tornar consciente do reinado de Deus é preciso um novo ouvir, uma nova

visão e uma nova esperança (o que os Evangelhos denominam de metanoia, arrependimento - mudança de coração e mente).

Mui freqüentemente as parábolas trabalham com a inversão, apontando para a consciência de que a atividade do reinado de Deus é surpreendente e inesperado. O inesperado exige, também, resposta. Novas formas de relacionamento entre senhores e escravos, irmãos, pais e filhos referem-se a uma nova ordem do reinado. O tema repetido das parábolas envolvem ter, perder, e achar, ou esconder e descobrir. Deve-se procurar, embora a descoberta possa vir como dom. Este processo não é apenas um tema, mas também a estrutura de muitas dessas histórias: o ouvinte deve procurar o sentido. As histórias sugerem mais do que isto: as verdades mais essenciais e fundamentais da vida não podem ser facilmente expressas ou prontamente apreendidas. Deve-se fazer a busca.

### *PARTICIPAÇÃO POR MEIO DA NARRATIVA*

É preciso investir-se - participar para entender. Genuíno conhecimento e entendimento vêm só por meio da participação. A narrativa e o uso aliado do símbolo e metáfora convidam continuamente essa participação. É bem possível acreditar que essa é uma entre muitas razões porque muito da Bíblia está na forma de história e que todas elas estão colocadas na moldura do drama bíblico de um perdido e encontrado, vida perdida e reerguida. Naturalmente, isso é verdade também com o Antigo Testamento e vários comentaristas recentes têm ajudado os leitores a perceber como pequenas fendas nas histórias, ambigüidades envolvidas nos diálogos e na apresentação das personagens, mudança de perspectivas e outros aspectos do contar a história atraem as pessoas à narrativa e insinuam as verdades e mistérios a respeito da vida que podem ser expressos em nenhuma outra forma.

Os intérpretes estão ajudando os leitores a ouvir modulações da Bíblia que eram mais acessíveis às primeiras gerações. Durante últimos dois séculos vários movimentos culturais e intelectuais levaram os cristãos a crer que havia apenas duas perguntas importantes deve-se perguntar diante das passagens bíblicas: isto aconteceu? (ou como aconteceu?) e o que significa? Considerando os benefícios potenciais e os desafios dos novos métodos históricos, a primeira pergunta tornou-se o foco predominante os



críticos liberais e conservadores. Então, como outras disciplinas e áreas da pesquisa humana tornou-se mais orientadas para produzir respostas às perguntas e apresentar as afirmações em linguagem proposicional, também pareceu importante ser capaz de expor as verdades bíblicas nas formas semelhantes. A narrativa veio a ser considerada secundária. A tarefa do expositor consistia em extrair o sentido da narrativa e depois a estória poderia ser descartada ou usada para fins de ilustração. Isso era alguma coisa como alguém que pudesse exaurir o valor do *Rei Lear* investigando suas raízes nos antecedentes históricos, então, se extrai a mensagem de que o verdadeiro amor não fará sua propaganda em seu benefício e pode descobrir isso tarde demais. A estória será preservada só para ilustrar esses pontos principais.

Felizmente, houve sempre os movimentos em ação que ajudaram os anglicanos a preservar a consciência da primazia da narrativa na teologia bíblicamente fundamentada - reconhecimentos de que as histórias da Bíblia não são ilustrações da Palavra de Deus. Elas são a Palavra. Aqui o conservadorismo geral de muitos estudiosos e eclesianos ingleses não tem sido sem benefícios. Foram menos ligeiros para crer que novas abordagens de estudo bíblico fossem todo-suficiente - que não houvesse outras formas de conhecimento. Aqui, também, os dons competentes de narrativa e poesia ajudaram na consciência de que a estória e a metáfora proporcionavam meios de compreensão que não poderia ser plenamente compreendida pelas linguagens da lógica, da ciência ou do empenho com a exatidão histórica. A descrição apocalíptica e as histórias da criação, por exemplo, soaram cordas mais ricas de significado o povo havia ouvido suas personagens poéticas e simbólicas mais profundas. A apreciação da capacidade da metáfora dizer o que de outra maneira não poderia ser dito o mesmo pensado ajudaram a preservar a linguagem religiosa de se tornar ou idólatra ou irrelevante. Deus é pai, mas não deve ser Deus identificado literalmente com idéias humanas de um pai. A atividade e presença de Deus são reinado e banquete, mas de maneiras que, ao mesmo tempo, são semelhantes e diferentes que as metáforas conotam. As metáforas só vivem quando há participação em sua criatividade criadora de tensão. A herança ou presença entre os anglicanos de Shakespeare, Donne, Herbert, Milton, Carew, Blake, Keble, Trollope, Austen, Elliot, Auden, Lewis e Paton preservam essa consciência aguda.

O máximo valor em relação a isto tenha sido, provavelmente, o papel central da bíblia na liturgia. A leitura regular da Escritura no contexto dramático da adoração comunitária junto com os temas e figuras bíblicos nas palavras da liturgia através do ciclo do ano cristão pode causar uma nova capacidade de ouvir o poder narrativo da Bíblia. Este ato de conhecer pelos participantes da adoração e pela congregação os ajuda a interpretar as oportunidades contemporâneas do serviço, dos sofrimentos e ausência de Deus, no entanto, um senso da proximidade de Deus, tudo à luz do drama bíblico. Os temas, metáforas e tramas das histórias da Escritura (não apenas o seu significado superficial, mas no nível mais profundo de sua leitura e oitiva) são catalisadores para contar novas histórias da fé e graça nas suas vidas. Assim a Escritura forma o caráter da comunidade e dos indivíduos nela, moldando sua compreensão do bem e do mal e informando o caminho que eles vivem e as escolhas que eles fazem.

### *HISTÓRIA E ESTÓRIA*

Esta abordagem da Escritura como narrativa e como formas de parábola e poesia no contexto narrativo não responde a todas as nossas indagações. A maioria das pessoas do século XX têm preocupações a respeito da relação da Bíblia com a história e sua autoridade sobre suas vidas que exige estudo histórico, formas de exegese e análise à luz da experiência e uso da razão. Em alguns casos, tal como a história de Jó ou a parábola do filho pródigo, qualquer relação da história com o evento histórico pode não ter importância. Em outros casos, tais como a história do nascimento virginal de Jesus é possível que os leitores reconheçam junto com William Temple que as questões históricas, embora não sejam irrelevantes, poderiam nos levar a não alcançar o propósito teológico central das narrativas. No entanto, quando se abordam a maneira como Jesus enfrentou a morte, e a ressurreição a maioria das pessoas sente o aperto das preocupações históricas de modo mais agudo.

Em todas essas instâncias, os discípulos de hoje podem encontrar o grande valor na informação reunida pelos arqueólogos, sociólogos, historiadores da literatura e outros estudantes da Bíblia e suas colocações. A informação pode, acima de tudo, ajudar-nos a reconhecer, às vezes, quão



grande distância existe entre as formas contemporâneas de ver o mundo e as do passado. Então, o leitor informado da Bíblia reconhece quão facilmente algumas das preocupações e atitudes originais dos escritores bíblicos podem ser mal interpretados. De muitas maneiras, viviam num mundo, ao passo que os discípulos de hoje vivem num mundo muito diferente. A visão de ambos é limitada dentro de seus horizontes particulares.

Essa consciência pode ajudar-nos em conseguir perspectiva sobre nossas maneiras de ver o mundo - lembrando-nos de que propriamente o nosso ponto de vista é relativo e altamente condicionado por muitos costumes contemporâneos e convenções de educação e cultura. A Bíblia tem a vantagem de pertencer a nenhuma cultura contemporânea e assim desafia todos os povos a não ser prisioneiros da visão da vida de hoje. Esse desafio pode levar aos esforços construtivos de ver como os horizontes do presente e do passado possam tocar, causando alguma participação. Suas vidas podem adquirir maior profundidade e tonalidade de cores, por meio de melhor compreensão do mundo dos primeiros discípulos - suas circunstâncias e formas de ver e interpretar as coisas. Considerando a crença de que existe alguns aspectos da natureza humana mais duradouros que são compartilhados por muitas gerações e eras, pode-se chegar a ver, ouvir e sentir alguma coisa do mundo deles.

No entanto, trazemos à memória de que os dados e análises históricos não podem por si mesmos criar essa visão. É também preciso ter o esforço imaginativo e o veículo da imaginação - a máquina do tempo - o qual é a participação na narrativa. Tanto a compreensão histórica e o engajamento direto com o texto são necessários para a leitura plena e equilibrada da Bíblia.

Entretanto, mesmo esta abordagem equilibrada não será uma resposta definitiva a todas as questões difíceis que a mente inquiridora traz à Bíblia a respeito da relação da estória da Bíblia com os eventos históricos. Além dos abismos profundos na compreensão criada pela distância dos séculos, pode-se reconhecer que os escritores bíblicos não estavam pensando em termos das questões indagadas pela mentalidade historicamente treinada de nossos dias. Muitas das estórias poderiam ser melhor denominada de "similares a história" do que a história nos termos atuais. A maioria das narrativas bíblicas poderia ser melhor descrita como estórias que utilizam

os elementos históricos ao invés de história na forma de estória. Os eventos que aconteceram na história serviram como catalisadores das estórias que foram transmitidas e, mais tarde, tomaram a sua forma por meio de experiência da fé que a comunidade teve. Qualquer esforço humano de relatar e entender envolve, naturalmente, tal processo de interpretação em maior ou menor grau. Mesmo o que se está vendo e ouvido no presente momento é determinado, em grande parte, pelo que se procura e pela forma com que foi treinado para perceber por meio de memória e intelecto. Neste sentido, compreendemos que todo o conhecimento é resultado de interpretação, porém esse esforço interpretativo parece ter sido importante na formação das intuições e estórias bíblicas. Quando se indaga como a Bíblia pode ser pensada como uma obra inspirada, é possível que seja mais útil focalizar o processo interpretativo.

### *INSPIRAÇÃO*

Tem-se formulado uma variedade de considerações sobre compreensão da inspiração da bíblia. Às vezes, a ênfase recai nas próprias palavras como sendo inspiradas e portadoras em si mesma da revelação. Talvez, noutro extremo do espectro o destaque esteja na presença de Deus nos eventos específicos que o povo de Deus relatava, então, da forma melhor que pudesse. Um ponto de vista anglicano mais comum é uma ênfase intermediária na Escritura como sendo a Palavra de Deus porque “Deus inspirou os autores humanos”. Isto deixa mais abertos os problemas tais como - de que modo se pode conhecer que Deus agiu numa circunstância particular e se esse evento deve ser relatada com exatidão para ser fonte de inspiração futura. Também, não se exige uma crença na inerrância verbal da Escritura.

Examinando mais estreitamente, pode-se sugerir que o próprio processo interpretativo é a inspiração - essa capacidade distintamente humana para contar a estória acerca do que aconteceu - que é mais particularmente o domínio da atividade reveladora de Deus. Com efeito, da perspectiva humana, há muitas vias em que a interpretação é o que acontece quando a mente procura propiciar a conectividade e significação à experiência presente, alinhando-a com o passado por meio da memória, com o futuro pela imaginação. Talvez deva-se reconhecer que a inspiração do Espírito de Deus (em cuja imagem somos criados) esteja na capacidade humana de dar forma de



estória aos acontecimentos e dos meios afins de interpretação. Talvez mais particularmente, deve-se conceber o Espírito Santo aquela atividade “mediadora” de Deus, que possibilita a interação humana com os eventos do mundo material e criar oportunidade de propiciar a esse mundo o significado.

A ênfase aqui recai, claramente, numa visão mais subjetiva do que objetiva de inspiração, mas, porque ela tende a localizar a atividade de Deus entre o que acontece no mundo material e o mundo humano de interpretação, é, pelo menos, está relacionado com a objetividade e subjetividade. É possível que a vantagem dessa posição esteja nas pistas que ela pode proporcionar aos discípulos de hoje, sugerindo-lhes como eles podem alinhar suas expectativas da inspiração que vem da Bíblia com a atividade de Deus entre aqueles que compuseram a Bíblia. É por meio do processo interpretativo que se realiza a inspiração. Existe interação entre a estória e os eventos que os discípulos procuram, consideração entre a narrativa (e outras formas de interpretação) e o que acontece, sobre tema, propósito e significado. Nesta batalha para usar palavras e estórias para entender que o cristão crêem que ouviram Deus.

Visto desta forma, não só a obra de interpretação é considerada inevitável, mas também é avaliada como a arena principal da ação do Espírito Santo. Aqueles que hoje considerariam a Bíblia como inspirada podem confirmar esse senso de inspiração em sua própria experiência. Com efeito, a única forma de legitimar a inspiração da Bíblia é por meio de tal correspondência na experiência atual da interpretação da Bíblia e da vida.

Mais uma vez, faz-se idéia de como e por que a participação é exigida e a estrutura narrativa é tão importante. Na medida em que se torna parte do processo interpretativo, o que foi mais uma observação pode ser aprofundada ao ponto de adquirir percepção para a sua própria vida. Então, se essa percepção parece ser um dom e ter parte na verdade que é essencial a toda a vida, será denominada de revelação. Porém não há tal revelação só por uma mera leitura e oitiva. Ela não toma o seu assento em cima de uma página impressa. Deve-se entrar e mergulhar. É uma espécie dessa experiência que mais exatamente pode ser chamada oitiva *fundamental* da Bíblia. É isso que se espera que a Bíblia faça para os cristãos - ajuda-los a descobrir, ver, ouvir e encontrar perspectiva sobre questões de importância fundamental para a vida.

Nem todas as questões a respeito do relacionamento com o evento histórico, interpretação e inspiração são assim respondidas. Ainda podemos desejar uma correlação mais estreita entre a estória semelhante a história da Bíblia e o que podemos considerar como história real. Todavia, demos nos lembrar de que o que os autores bíblicos procuraram relatar é o que pode ser designado de "história efetiva"- isto é, o que eles consideraram como o pleno significado dos eventos na inter-relação com o modo como eles creram ser guiados por Deus para interpreta-los e com a forma como seu entendimento dos propósitos divinos os levou a perceber o mundo em torno deles. Qualquer outra forma de narração seria senão deslizamento sobre a superfície dos eventos e passar por cima do seu potencial para se tornar parte do processo de revelação.

Somos lembrados com Bispo Gore de que nenhuma doutrina ou teoria de inspiração se exige dos anglicanos. Provavelmente, nenhum ponto de vista possa ser adequado a tal amplo tópico que trata de como os humanos chegam a conhecer (e pensar sobre o conhecimento) e da possibilidade da presença de Deus no mundo e da interação com a experiência humana. Também é verdade, provavelmente, que a nossa bordagem do problema da inspiração deve mudar, na medida em que a nossa visão mundo passe por alteração - na medida em que, neste caso, vivamos em diferentes mundos. Entretanto, o nosso debate sobre este ponto não nos permite uma atitude ampla para com a inspiração que se focalize sobre a relação entre o processo interpretativo e experiência e Deus em ação nesse encontro vivo. Permite, sim, o escopo de um senso da presença divina em relação com os eventos e entre os que compuseram a Bíblia por meio de suas palavras registrada. O debate, também, tem ressaltado, acreditamos, corretamente o modo com que a participação no processo interpretativo seja necessária para que a revelação aconteça. Por outro lado, a Escritura convida essa participação e pode atrair seus ouvintes por meio das narrativas. Porém, é também essencial que os ouvintes se dediquem, pelo menos, à expectativa de que a revelação pode, então, acontecer. A disposição e o desejo de ouvir Deus são requisitos. Nestes termos a Bíblia fala de fé para fé.



Como parte de sua dedicação a pessoa participará na comunidade da fé. Foi na comunidade que se formaram primeiro as tradições. Desde o começo, a compreensão e interpretação dependeram, em grande medida, do fato de que as tradições foram ouvida e refletidas em comunidade. Foi, especialmente, aí que as narrativas foram conhecidas como modelo ou estórias mestras da fé, pelas quais se esperava que a revelação ocorresse quando contadas e ouvidas de novo.

O exemplo principal dessas estórias mestras para a adoração da comunidade é a Ceia do Senhor. Pela sua celebração (re-edição, memorial, etc. Nota do tradutor) litúrgica, os cristãos experimentam, novamente, a presença do seu Senhor, se lembra de sua Paixão, morte e ressurreição e antecipam a comunhão do novo tempo. Embora, de diferentes maneiras outras estórias (ensinos, oráculos, hinos, e leis que vem com elas) são re-experimentadas como eventos de palavra ou discurso em comunidade. A comunidade dá-lhes o contexto vivencial e significado. É pela fala e relação humanas que a Palavra de Deus é melhor ouvida.

Essas estórias, profecias, dizeres e canções criam e moldam reciprocamente a comunidade e ajudam dar-lhe seu caráter e sua identidade continuadora. A memória do êxodo, exílio, Moisés, Davi, Jeremias e Jonas, narrativa de nascimento humilde de uma criança, das refeições compartilhadas, o pão e o vinho, a Cruz, e a nova esperança vibrante que se seguiu - no caminho a Emaús e Damasco: sem o conhecimento e sem partilha dessas estória não haveria comunidade. Mesmo quando os indivíduos lêem a Bíblia privativamente, eles a lêem como participantes das estórias da comunidade. Suas leituras são informadas pela experiência de suas comunidades e a influência de sua leitura nos contextos de suas vidas particulares é levada de volta para sua vida em comum com outros cristãos.

Novamente deve-se enfatizar que se tornam mais vivas não quando são observadas apenas nas páginas, mas quando a voz viva dá-lhes uma nova vida. Como as palavras e partituras de uma canção só podem

ser apreciadas limitadamente por meio da leitura com olhos e devem ser ouvidas, se desejar *conhecer* a canção, também as narrativas, canções e poemas Bíblicos devem ser *executados*, se as pessoas devem participar neles. Pela experiência do contar e ouvir as estórias, elas se tornam os sacramentos da voz do Espírito de Jesus é levada para a comunidade. É pela comunidade ajudada pela bíblia que o Jesus vivo é ouvido - e não de outra forma. Pelo encontro humano e pela partilha das estórias da fé bíblica podem-se acender novas parábolas da fé e esperança.

### ***ESCRITURA, RAZÃO E TRADIÇÃO***

Obviamente, continuam as tensões na interpretação da Bíblia. Haverá diferenças entre pessoas, entre as comunidades, entre a compreensão tradicional e a de hoje. Essas coisas não são novidade. Observamos que essas tensões já existiam na Bíblia. Elas são criativas, tornando pessoas e comunidades insatisfeitos com interpretações demasiadamente cômodas e levando-as à ponderação mais profunda. O que é vital é o diálogo - a disposição de ouvir e esperar ouvir de novo.

As razões humanas serão parte do diálogo interpretativo - tanto quanto foi importante na formação da Bíblia. A experiência cristã contemporânea - os desafios e oportunidades da contínua comunidade cristã - influirá na interpretação, como também os primeiros cristãos deixaram as suas marcas sobre a composição dos materiais bíblicos. A experiência do passado da Igreja no seu uso da bíblia e na formação das liturgias, dos credos, das posições doutrinárias influirão no curso da compreensão contemporânea da Bíblia. É isto que se tem denominado de consenso dos fiéis, e é obra de todo o povo de Deus guiado pelo Espírito Santo, homens e mulheres de oração, estudiosos, pregadores, santos, os dedicados às obras de caridade, e cuidado pastoral, e qualquer fiel envolvido no mundo do trabalho, estudo, e do viver e do amar diários. Em nossa geração, estamos aprendendo novamente que os pobres entre nós e os que experimentam a desvantagem e opressão são importantes no trabalho de ouvir e interpretar a Bíblia. Os bispos (com seus auxiliares) são a continuidade visível desse ofício de ensino e interpretação. Também, a bíblia está em diálogo com eles - provocando e exortando, agindo como crítico da Igreja contemporânea.



Nesse processo a Igreja está envolvida não meramente na recitação das verdades, mas em viagem de descoberta. É assim que Leonard Hodgson descreveu a aventura da fé bíblica:

*O Novo Testamento mostra a tentativa de fazer cara ou coroa do que aconteceu sob a base de sua compreensão judaica de Deus e do universo. Assim, longe de nos ter dado explanação plena e final do significado de nossa fé, eles estavam tomando os primeiros passos para suas descobertas, iniciando um processo que, sob a orientação do Espírito Santo, continuou desde então e ainda está em andamento... temos de levar em consideração como a compressão disso pelos cristãos neo-testamentários foi aprofundada e enriquecida na experiência de seus sucessores e ainda está sendo aprofundada pela nossa experiência da vida no mundo de hoje.*

A nossa sede por alguma forma mais certa de autoridade não é provavelmente respondida neste diálogo. O que acontece quando nos encontramos em controvérsia a respeito de um artigo de fé, a prática da Igreja ou questão de ética? Qual é principal e deve ter precedência na decisão: a bíblia, tradição ou razão junto com experiência? Quem decide?

Na avaliação contemporânea da herança anglicana e das Igrejas Episcopais um dos meus colegas nesta série de ensaios expõe essas prioridades:

Escritura e Tradição têm prioridade sobre a razão e a experiência... No entanto, devemos reconhecer uma outra prioridade, a prioridade da percepção. Somos, acima de tudo, gente que raciocina, e experiente... Também, o desenvolvimento humano tem seu lugar de prioridade... A tradição entendida em termos de autoridade da Igreja, vem primeiro transmitindo a Escritura para nós, convencendo-nos de sua natureza até que afirmemos suas verdades pela experiência...

O autor estava muito consciente do que estava dizendo. No diálogo de nossa experiência e razão com a tradição e Escritura seria um equívoco conceder a uma delas a primazia absoluta. Elas funcionam melhor e melhor promovem a maturidade do discipulado cristão quando eles dançam uma com a outra em "interação criativa".

No entanto, há razões porque a Bíblia deve ter certas formas de primazia. A razão e tradição mudam. Experiências variam, mas a Escritura é feita Cânon, uma espécie de régua, padrão de fé. É para ela que os cristãos continuamente voltam para medir seu discipulado. A Bíblia contém as histórias mestras compartilhadas em comum por todos os cristãos de diferentes culturas e tempos que propiciam a identidade e exemplos de vida fiel. Essas histórias oferecem à comunidade sua mensagem básica de esperança e desafio, julgamento e graça. Elas proporcionam a linguagem comum de fé para todos os cristãos.

A Bíblia tem, também primazia por causa de seu caráter narrativo essencial. Através de sua narrativa semelhante a vida ela lembra continuamente os cristãos que é na experiência da vida que Deus é mais provavelmente conhecido. Generalizações e esforços analíticos para afirmar verdades mais abstratas têm seu lugar importante, mas elas são reflexões secundárias sobre as particularidades da vida onde Deus é vivido como sugere narrativa bíblica. Esta semelhança com a vida tem, além disso, a intenção de ajudar os discípulos na base nas particularidades da vida cotidiana como parte de seus esforços para responder a Deus e servir os outros. A ênfase bíblica no amor ao próximo, na prática da justiça, em falar a verdade com amor, em ter fome e sede pela retidão, em fazer paz não tem a intenção de viver em teoria, mas em meio às frustrações e esperança de ver os minutos passarem e alteração no seu bolso de cada dia.

Com suas ambigüidades, ironias, incertezas e paradoxos, a narrativa também nos lembra continuamente que há muito a respeito de Deus e de sua presença no mundo que os humanos não entendem. Esta não é único fator, mas é um fator muito importante que a Bíblia pode levar aqueles, de outro modo, mui facilmente *domesticam* Deus para seus propósitos a ter entendimento a respeito de Deus.

Entretanto, logo que se admitam essas formas de primazia, deve-se, também, reconhecer, de novo, que a Bíblia deve ser sempre interpretada por meio da razão e da experiência cristã antes que seja conhecida como revelação. Não se trata de perguntar se deve proceder dessa forma. Todos nós o fazemos. A questão tem a ver com de que modo, consciente e com fidelidade se faz a interpretação.



Assim, a dança emaranhada continua - cheia de cortesias e mesuras - dentro da comunidade da fé, que só ela pode tomar decisões acerca de sua fé e prática. Conduzida no seu ensino pelos bispos como representantes visíveis da continuidade e unidade tradicionais da Igreja, com o uso da experiência e razão e com a Bíblia como Cânon das estórias-modelos, a comunidade dos discípulos procura conhecer e fazer a vontade de Deus. Embora os cristãos possam ter preferência por outra forma ( queiram receber uma forma mais absoluta de autoridade), este é evidentemente a forma que Deus deseja que a autoridade seja experimentada pelos seus seguidores. Orientada pela Bíblia e guiada pelo Espírito Santo, a autoridade se desenvolve no interior da comunidade.

### *DIRIGINDO-SE NA DIREÇÃO DE DEUS*

Entretanto, tensões referentes à autoridade e uso da Bíblia pode ainda se tornar destruidoras se a bíblia a for usada erroneamente. No período da Reforma, a bíblia foi ouvida e proclamada equilibrar de certos aspectos do que foi considerado de tradição errônea, inclinação infelizmente fortalecida uma tendência de usar a Bíblia como um livro de resposta com textos comprobatórios com referência às questões de vida e prática da Igreja. Muitos herdeiros da Reforma usaram a Escritura para estabelecer os argumentos tantos grandes como pequenos, inconscientes ou ocultando-se dos fatos de que eles tinham, também, de recorrer à razão e à sua própria experiência e compreensão de suas tradições para interpretar a Bíblia. O resultado compreensível foi o processo que dividiu o Cristianismo reformado em centenas de denominações, cada qual afirmando ser mais bíblicamente baseada.

No entanto, a Bíblia não é um livro de resposta. Ela pode falar vigorosamente a um bom número de questões e preocupações contemporâneas, mas a sua voz será distorcida quando for solicitada a dar resposta específica às questões que seus autores humanos nem mesmo tinham entendido. Além disso, não é intenção principal da Bíblia ser um livro de resposta em seu tempo. Se fosse, só se poderia imaginar que teria sido escrita de modo diferente. Há, por certo, passagens (especialmente, nas partes mais antigas do Antigo Testamento) que fala especificamente às

questões particulares, porém com mais frequência o ensino tem caráter mais geral. Pode-se ouvir, nos Evangelhos, o esforço deliberado da parte de Jesus esvaziar as preocupações daqueles que desejavam Dele o pronunciamento nova lei ou um novo código ético. Por meio de perguntas e estórias Ele pede dos que Dele aprenderiam a pensar na autoridade e responsabilidade em novas e diferentes formas.

A estória mestra neste respeito é a Parábola do Bom Samaritano, colocada contexto do diálogo entre Jesus e um mestre da lei, que tipifica u indivíduo que procura usar a lei como árbitro absoluto de sua vida (Lc 10.25-37) Jesus ouve a pergunta inquiridora ( Que farei para herdar a vida eterna?) como um convite para um debate sobre a lei e qual delas tem precedência. O mestre da lei sabe que os mandamentos do amor são soberanos, mas ele sente a necessidade de encontrar uma forma de sua aplicação legalista. Jesus pareceu ter ouvido o mestre e sua necessidade com muita atenção. Ele reconhece que o mestre está, na realidade, perguntando o oposto do que ele pensa estar indagando. Sua preocupação não consiste em saber que são todos os próximos que ele possa amar. Ao invés disso, ele deseja saber a quem ele deve amar e a quem ele pode desconsiderar como próximo e colocá-lo fora de sua preocupação ética. Ele realmente quer saber “quem não é meu próximo?” Confrontado com todos os que poderiam exigir dele caridade e bondade, o mestre da lei quer uma lei religiosa para poder dizer a quem pode colocar fora de sua preocupação embora ainda se considere como uma pessoa ética.

Jesus responde com a estória de uma pessoa ferida que foi socorrida por alguém que não precisava levantar a questão do mestre da lei. A parábola muda dramaticamente todo o foco da discussão da preocupação negativamente orientada sobre o ser ético para a possibilidade de praticar a bondade de modo genuíno. Os ouvintes tornam-se conscientes de que seu problema não está tanto em não saber o que fazer ou como deve-se portar. A dificuldade deles está na falta do poder de tentar amar seu próximo como a si mesmos.

Evidentemente, Jesus não teve a intenção de apresentar uma nova série de leis ou sistema ético.. Suas estórias não proporcionam tanto as respostas, mas a direção em que a pessoa deve enfrentar a descoberta do



verdadeiro caráter da vida eterna - a vida do reinado de Deus. Temos observado que Ele exigiu a *metanoia* - arrependimento que leva uma nova maneira de ver a vida e o viver, a retidão que exceda a dos escribas e fariseus (Mt 5.29), não mais numa lei escrita, no poder do cuidar de outrem, do perdão, da aceitação e da cura.

“A Bíblia”, disse Phillips Brooks, “é como um telescópio. Se alguém olha através telescópio, ele vê o mundo para além do próprio telescópio. Mas se ele olha para o telescópio, ele não verá nada senão o telescópio. A Bíblia é esse através da qual se deve ver o além, mas a maioria olha para ela e vê apenas a letra morta.” Com efeito, imaginar e adorar um Deus que poderia, de alguma forma, ser definido pelas palavras humanas seria uma forma de idolatria que não leva ao crescimento e à maturidade humanos, mas à estreiteza e morte. Não é intenção da Bíblia ser um código escrito que mata, mas um veículo do Espírito Santo que dá vida.(2Co 3.6). A Bíblia aponta para além de si mesma como a Parábola do Bom Samaritano para a pessoa ferida, para aquele que tem o poder de curar. A pessoa ferida é o Cristo em todos os famintos e sedentos, forasteiros, doentes, prisioneiros, a quem os discípulos devem servir. (Mt 25.35-36) Também Jesus está na Parábola como alguém que estende a mão em compaixão. Não apenas Ele contou as histórias, mas na memória dos discípulos Ele era o Bom Samaritano para o Bartimeu e Zaqueu, e para o paralítico e pessoa endemoninhada, mulher siro-fenícia, Maria Madalena e para muitos outros.

O mesmo da lei é indagado se não desejaria agir como o Bom Samaritano (a palavra é repetida quatro vezes no diálogo. Não é um debate teórico. A parábola trata do poder de amor). Então, a lei pode ser guia, mas corretamente interpretada, é também fonte de liberdade e poder para a nova vida. Os discípulos contemporâneos muito bem ouvir a si mesmo como sendo desafiados quanto ao uso da Bíblia.

### ***O RISCO DA LIBERDADE BÍBLICA***

Tal liberdade é cheia de riscos. A Bíblia deve ser central e essencial para vida de testemunho cristão e discipulado, mas ela não é absoluta em

sua autoridade. A liberdade de ouvir o Espírito que guia toda a Bíblia para ninguém “expor uma parte da Escritura de modo que seja repugnante para a outra parte” possa apresentar desafio tal qual o mestre da lei se sentiu atemorizado quando lhe foi solicitado se ele seria capaz de disputar com o Samaritano. Os discípulos contemporâneos são chamados a ser mais honesto e mais direto com respeito ao fato de que todas as tradições cristãs, na prática, se não em teoria, “reconhecem que algumas partes da Bíblia têm mais autoridade do que as outras.” É importante aqui, provavelmente, ressaltar, também, o corolário inverso: algumas partes são de menos importância para a vida cristã contemporânea do que outras. Aceito com fidelidade esse reconhecimento pode levar a uma nova liberdade para a Igreja adorar o Deus vivo e tentar ser o povo de Deus nesta geração, ao invés de travar batalhas ou continuar com os argumentos que pertencem ao passado.

No entanto, isto não significa que essas partes da Bíblia consideradas menos significativas para a vida de hoje não sejam mais ouvidas ou deixem de ser objetos de reflexão. Com efeito, este reconhecimento dá à Igreja a liberdade de ponderar tais porções da Bíblia numa perspectiva histórica e fé. Essa liberdade não deve permitir que tais porções sejam ignoradas dissimuladamente, mas que as permita ter lugar genuíno na oitiva regular da Bíblia. Nessa perspectiva, pode também acontecer que tais passagens e livros assumirão significado diferente e novo para a comunidade. Pode-se ver esse acontecer mesmo neste tempo, por exemplo, quando a imagística apocalíptica (com seu otimismo inerente com respeito ao poder de Deus renovar seus propósitos na criação) e o humanismo profundo da literatura sapiencial (com sua apreciação dos poderes do que fraqueza na relação com Deus) adquirem uma nova oitiva e poder de revelação.

Muitos cristãos contemporâneos vieram tomar consciência da importância desta liberdade bíblicamente inspirada na interpretação e uso da Bíblia por causa da forma patriarcal das grandes seções da Bíblia. A razão e a experiência cristã em desenvolvimento ajudam os discípulos deste tempo a perceber que essa forma de linguagem não dita o que Deus exige ou deseja do seu povo hoje. O espírito que conduz essa liberdade não deve ser inibida pela Bíblia, mas pode ser ouvida falando através da Bíblia, assim como o Espírito que levou os antigos discípulos a procurar vencer a escravidão veio da bíblia que, de outra forma, só se fala à questão passivamente.



Por conseguinte, toma-se a sério o ensino de que “a Santa Escritura contem todas as coisas necessárias para a salvação”. As histórias e materiais associados da Bíblia propiciam o senso de direção - o farol - que capacitam os discípulos a experimentar a presença de Deus no mundo e aprender seus propósitos. Os materiais bíblicos propiciam a fonte de poder para começar a fazer a Sua vontade. Libertam, ao mesmo tempo, os cristãos da obrigação para com qualquer autoridade absoluta que não seja o Espírito de Deus feito melhor conhecido em Cristo, a quem a Bíblia aponta. Nada mais será exigida como necessária para a crença e para vida fiel.

Então, a Bíblia é juiz e crítico bem como guia e fonte de poder e conforto. Quando é ouvido corretamente é a palavra de Deus - não apenas julgamento e não apenas graça, mas desafio e esperança ao mesmo tempo. Talvez, ela julgue, acima de tudo, a comunidade quando ela tenta usar a Bíblia para evitar as responsabilidades da liberdade cristã mesmo assim ela proporciona a graça e poder para viver.

### *CENTRAL E FUNDAMENTAL*

Pode-se olhar retrospectivamente e perceber - como acontece com todas as Igrejas - um resposno diversificado para com Deus no seu uso da Bíblia. A Escritura tem sido usado com freqüência de modo divergente como base para um novo legalismo. Noutras vezes, ela é reverenciada, mas sem dar ouvido. Talvez, com mais freqüentemente ela é usada para inconsistentemente para, principalmente, procura legitimar o status quo da politia, posição econômica e costumes do partido religioso dominante.

Pode-se, também, perceber os locais e tempos onde as comunidades cristãs, encontrando-se na situação de se dirigir ao público, têm sido arrastada para dentro do drama redentivo patenteado nas páginas da Bíblia e ali descoberto visão, esperança, identidade e encontro com Deus. A inventada tolerância do anglicanismo (quando não tem sido mera indiferença) tem sido parte do seu “gênio” capacitando os anglicanos a usar a Bíblia com seriedade e liberdade responsável que ela inspira. De modo recíproco, a diversidade e caráter dialético da Bíblia tem tido efeito na teologia anglicana e no seu desejo de tolerar diferenças amplas em matérias não

consideradas essenciais para fé e até mesmo na interpretação das matérias consideradas essenciais. Tem havido reconhecimento de que tão essencial central como a Bíblia é não é uma autoridade absoluta, mas que mostra para a Igreja o discernimento do Espírito Santo atuando na comunidade.

A função central da Bíblia tem sido salvaguardada - não tanto na doutrina quanto na lei - mas pelo lugar que ela ocupa na liturgia da Igreja e na vida devocional do seu povo. Uma vez que pela vida da comunidade a Bíblia deve ser ouvida e interpretada, então é obviamente importante que ela seja lida, ponderada e comentada regularmente. Desta forma, também o caráter narrativo básico da Bíblia tem lembrado continuamente o povo de que Deus se dispõe ser encontrado na interpretação da vida humana diária.

Como também aconteceu no passado, hoje, esse uso da Bíblia como guia e fonte fundamental da verdade está sob ameaça. Numa época de relativismo, angústia econômica, temores globais uma parte de todos nós deseja uma autoridade absoluta. A segurança de um livro de resposta para compreensivelmente atraente. Até mesmo entre os que são conscientes dos perigos e dos fáceis agrados de tal abordagem um neo-literalismo mascarado e seletivo pode substituir a integridade e liberdade do Evangelho.

Hoje, talvez a ameaça mais óbvia é apresentada pela falta de familiaridade com a Bíblia. As nossas culturas propiciam tantas outras atrações - tantas outras histórias e informações apresentadas de modo divertido - . Poucas pessoas lêem suas Bíblias quando passamos tão rapidamente da era de Gutemberg para a audiovisual.

Não há resposta fácil para este problema, mas vale a pena lembrar que as histórias bíblicas foram comunicadas oralmente (contato pessoal) e visualmente antes que fossem estabelecidas numa livro para ser lido. Lembramo-nos de que o poder da Bíblia é mais conhecido quando suas histórias se tornam vivas por meio de sua re-narração. Portanto, é possível que agora haja oportunidade da Escritura ser ouvida e vista de modos melhores do que num passado recente.

No entanto, não há sombra de dúvida que muito do “gênio” do anglicanismo depende da comunidade, que conhece e reflete sobre a Bíblia



- de modo que se torne, numa frase adaptada de Stephen Bayne, “arquitetura de nossos pensamentos”. Pelo menos, é importante como sempre foi que a comunidade busque líderes cuidadosamente formados no conhecimento fundamental da Escritura, sua história e princípios de interpretação - líderes que terão o conhecimento das tentações do falso biblicismo e que saberão resistir-lhe. A comunidade deve, então, solicitar de seus líderes e de si mesma que a Bíblia seja lida e ouvida pelos seus filhos (crianças), ponderada, interpretada e celebrada para que seja ( como Gregório Magno que ajudou levar o Evangelho à Inglaterra) um rio de fé ( raso e profundo, no qual uma ovelha possa andar e um elefante flutuar. Guiada e apoiada por esse rio a comunidade encontra sua força para se aventurar. Por meio desse livro simples e profundo, o povo adquire a visão da era que há de vir - um domínio prometido de novas oportunidades para a justiça e paz.

*(Tradução de +Sumio Takatsu)*

*Frederick H. Borsch foi Reitor e professor do Novo Testamento no Seminário na Faculdade de Teologia do Pacífico (Episcopal) e Deão da Capela e professor de Religião na Universidade Princeton. Também, foi membro do Conselho Consultivo Anglicano, da Comissão Inter-anglicana de Doutrina e Teologia. Hoje ele é Bispo da Diocese de Califórnia, com sede em Los Angeles.*

### **AUTORIDADE DA BÍBLIA** ***(Conferência de Lambeth 1988)***

75. Na comunhão dos crentes, Cristo exerce autoridade para um propósito particular. Sua autoridade chama a Igreja e a mantém unida para que seja seu Corpo, sinal visível de Sua presença no mundo e do povo sacerdotal que oferece os sacrifícios espirituais a Deus. Os membros da Igreja têm, por isso, uma vocação para serem filhos e filhas de Deus, discípulos e cooperadores da Palavra de Deus. A sua vocação é franqueada a eles e a eles é conferida por meios concretos, isto é, através de uma série de liturgias e práticas organicamente relacionadas e conduzidas por agentes humanos, pelas quais o Espírito Santo vincula a Igreja com Cristo e capacita-a para participar do seu divino chamado e destino.

76. Todavia, os seres humanos são inteligentes, auto-conscientes, que discernem o sentido em sua experiência e comunicam esse sentido, por meio de linguagem, isto é, pelo uso de sinais e símbolos. Por essa razão, a questão do exercício da autoridade de Cristo na Igreja tem-se inclinado, por razões práticas, a centrar-se em torno de seu ensino comunicável, isto é, a questão de como os crentes devem entender e comunicar, em doutrina e feitos, o que Cristo, por meio do Espírito Santo, tem mostrado a eles a respeito de Deus e deles mesmos. Todavia, mal se levanta essa questão, uma coisa fica clara. A Igreja é, necessariamente e não por acidente, uma comunidade contínua de interpretação. Sua busca por compreensão do ensino ou da “mente” de Cristo assume a forma de um processo, em que a Igreja interpreta e aplica, de quando em quando, a linguagem das fontes das quais ela aprende de Cristo e pelas quais O ouve. Por sua vez, isto requer que se identifiquem tanto meios confiáveis de compreensão dessas fontes quanto a agentes confiáveis de sua interpretação.

77. Pode haver pouca dúvida para os anglicanos ou para seus companheiros cristãos de outras tradições com respeito à identidade do que chamamos de “fontes” do conhecimento da Igreja sobre o Cristo. Todos afirmam a autoridade soberana das Santas Escrituras como o meio pelo qual Deus pelo Espírito Santo comunica a sua palavra à Igreja e capacita, assim, o povo a responder com compreensão e fé. Esse veículo de mediação da Palavra de Deus é, naturalmente, uma coleção de escritos humanos, toda uma literatura que registra - na forma de narrativas históricas, lendas, profecias, poemas, parábolas e cartas - a estória de Deus que lida com uma série contínua de comunidades humanas e de resposta destas aos atos de julgamento e salvação. Essas Escrituras da Igreja recebe a qualificação de “testemunho inspirado de modo único da revelação divina”, e “norma principal para a fé e vida cristãs”. Essa norma redundantes em sua compreensão de Deus, de Cristo em quem “Deus é conosco”, por conseguinte, em sua própria salvação e chamado.

78. Todavia, a Escritura deve ser traduzida, lida e entendida, e, por conseguinte, o seu significado deve ser compreendido só por meio de um contínuo processo de interpretação. A sua mensagem essencial não é velada nem ambígua, mas clara e inteligível. Entretanto, essa mensagem deve ser



e, de fato, o é, anunciada e explanada em circunstâncias, nos contextos culturais e linguagens em constante mudança. Disso surge uma questão: quais princípios governarão a exposição das Escrituras por parte da Igreja e quais orientações serão aceitas para sua interpretação. Diretamente a essa questão os anglicanos têm se voltado para ter resposta ampla ou geral, desde o século XVII. A Escritura deve ser compreendida e lida, à luz dos contextos da “tradição” e “razão”.

79. Tome-se a palavra “tradição”. Num sentido, esse termo pode denotar a própria Escritura, porque ela encarna a “tradição”, “a mensagem”, “a fé uma vez entregue aos santos”. Porém a tradição pode também denotar, num outro sentido e no sentido lato, não o depósito da fé, mas a vida contínua da Igreja guiada pelo Espírito Santo, que recebe a mensagem de Deus e, ao recebê-la, a interpreta. As Escrituras são produtos da tradição como a entendemos. Elas são a literatura que a Igreja recebeu gradualmente e as definiu como interpretação que tem autoridade e incorporação da palavra pela qual a Igreja vive. Uma vez reconhecidos como “*livros da Igreja*” neste sentido especial, estes tornam-se, entretanto, assunto de um contínuo processo de interpretação que assume um miríade de formas. Na pregação, no ensino, nos padrões de oração comum e individual, na exegese erudita, nos hábitos de conduta e ação, na definição dogmática, a Igreja se apropria das Escrituras e expressa sua compreensão das mesmas. Essa tradição viva de interpretação contínua fez surgir fórmulas de peso, de influência e de autoridade: orações eucarísticas clássicas, por exemplo, e hinos populares, para não mencionar os Credos ecumênicos, que se fazem paralelos às Escrituras como *sumário* da mensagem essencial.<sup>1</sup>

80. Entretanto, a tradição neste sentido não deve ser equacionada, simplesmente, com as fórmulas clássicas ou formulários que ela produz. Antes, a tradição é a “mente” (mentalidade) viva e crescente da Igreja que se formou de geração em geração e foi desafiada pelas Escrituras no processo de apropriação daquela Palavra na liturgia, vida e ensino. O apelo à tradição é o apelo à sua “mente”, a mente conduzida e articulada pela própria linguagem que a Igreja utiliza na adoração e na pregação - como receptor melhor sintonizado do que muitos com a Palavra de Deus.

---

<sup>1</sup> *Por causa do Reino*, pp.65ss.

**81.** Então, que devemos fazer com a “razão”? Falando dela propriamente, a “razão” significa simplesmente a capacidade humana de simbolizar e ordenar, compartilhar e comunicar a experiência. É a dádiva divina em virtude da qual as pessoas respondem e agem com a consciência em relação ao seu mundo e a Deus. Compreendida nesses termos, a razão não pode ser divorciada nem das Escrituras nem da tradição, uma vez que nenhuma delas pode ser concebível dissociada da ação da razão.

**82.** Todavia, considerada numa outra perspectiva, a razão significa não tanto a capacidade de dar sentido às coisas, mas como “fazer sentido” e ser “razoável (racional)”. O apelo à razão torna-se, então, o apelo ao que o povo - e isto significa um povo num determinado lugar e tempo - considera bom senso ou senso comum. Em síntese, ela se refere ao que chamamos da “mente”(mentalidade) de uma cultura particular com sua maneira característica de ver as coisas, indagar a seu respeito e explicá-las. Então, se a tradição é a mente (mentalidade) que os cristãos compartilham como crenças e como membros da Igreja, a razão é a mente (mentalidade) que eles compartilham como participantes de uma cultura particular. É a destilação, em linguagem e perspectiva, da experiência, que constitui um determinado modo de viver. Houve, na História, épocas e lugares onde coincidiam a mente (mentalidade) de uma cultura e a mente (mentalidade) representada pela tradição da Igreja. A Europa latina da Idade Média e a cultura dos armênios poderiam ser mencionadas como exemplos. No entanto, geralmente não é esse o caso e não tem sido assim, e, em particular, nos tempos modernos, que têm sido assim denominados (modernos) precisamente porque desafiam a tradição cristã em nome da razão.

**83.** Essa circunstância deu origem a uma certa desconfiança da razão entre os cristãos e talvez isso seja compreensível. A desaprovação da razão, daquilo que “dá sentido” ao mundo, tornou-se quase um hábito nas Igrejas. Entretanto, o anglicanismo vê a “razão” no sentido da mentalidade da cultura em que a igreja vive e onde evangelho é proclamado, como instrumento legítimo e necessário para a interpretação da mensagem de Deus nas Escrituras. A Palavra de Deus, encarnada como faz o “Deus-conosco”, não é dirigida à Igreja isolada do mundo, mas à Igreja como parte do mundo. Por isso, o Evangelho que está nas Escrituras deve ser ouvido e interpretado na linguagem que carrega consigo a “mente” (mentalidade) e destila a



experiência do mundo que Deus está chamando para ser transformado e renovado no Reino que Jesus anunciou.<sup>2</sup>

84. A tradição e razão representam, assim, dois contextos distintos, em que as Escrituras falam e são interpretadas. É na influência recíproca e no conflito entre elas - entre a mente (mentalidade) comum da Igreja e a mente (mentalidade) comum da cultura - que se discerne o sentido do Evangelho para um tempo e um lugar particular. Com efeito, poder-se-ia argumentar que a *tradição* - o que denominamos de mente da Igreja - é o repositório de tais discernimentos estimulados pela tradição e linguagem de uma cultura particular. Estar envolvido nessa situação dialógica é sempre desconfortável. Talvez se torne perigoso somente quando aquilo que é propriamente um diálogo se transforma em um longo monólogo falado somente por uma das partes. A tradição e a razão necessitam uma da outra a fim de que a Palavra de Deus seja compartilhada .

85. Todavia, o processo da interpretação pelo qual Deus chama, ensina, e alimenta as pessoas como seus discípulos da Palavra, exige que a *Escritura, razão e tradição* falem por meio das vozes de pessoas vivas. Elas podem, com frequência, permanecer mortas e caladas à parte da atividade dos agentes humanos, mestres particulares e coletivos que dão testemunho do fruto do estudo, oração e experiência declarando, explanando e esclarecendo a mensagem de Deus.

86. Aqui pensamos, em primeira instância, no “ministério oficial”, dos pastores e mestres que Cristo chamou na Igreja para “dar testemunho do Evangelho da graça de Deus” (At 20:24) e para “preservar a verdade que a eles foi confiada” (2 Tm 1:14). Tais pessoas, como ministros da Palavra e do Sacramento, são os agentes principais que representam a autoridade de Cristo que alimenta a Igreja. São, acima de tudo, responsáveis pela interpretação das Escrituras na proclamação, no ensino e no aconselhamento e tem um chamado especial para falar a partir da tradição e da mente (mentalidade) da Igreja.

---

<sup>2</sup> *ibid.* pp. 39ss.

87. Porém, os mestres da Igreja não estão restritos à classe dos detentores ordenados de ofício. Deus suscita na sua Igreja profetas mestres, homens e mulheres sábios e santos, que, independente de ordenação, encarnam em suas vidas a graça e as exigências do Evangelho. A tais pessoas a Igreja invariavelmente ouve e o faz com alegria, pesando suas palavras e valendo-se de sua orientação, na medida do possível. Tais pessoas podem ser eruditos e pensadores, ou simples seguidores do Caminho. Podem falar e agir na arena pública ou nas relações de nível mais pessoal. Podem falar de sua experiência pessoal ou das experiências de grupos de pessoas no seio da Igreja e no mundo. De qualquer forma, seu ministério é parte significativa da economia da autoridade na Igreja.

## ESCRITURA, TRADIÇÃO E RAZÃO

### *Capítulo 3*

#### **Pertencendo-se mutuamente na Comunhão Anglicana** *(conforme o Relatório de Virgínia)*

#### *Comissão Inter-Anglicana de Teologia e Doutrina*

### **I. O Jeito Anglicano: Escrituras, Tradição e Razão**

3.5 Os anglicanos se mantêm juntos pela maneira característica na qual eles usam as Escrituras, tradição e razão para um atualizado discernimento do desígnio de Cristo para a Igreja em cada geração. Isto foi bem explicado no *Relatório das Preocupações Pastorais e Dogmáticas*, uma das partes de Lambeth 1988.

3.6 Os anglicanos afirmam a soberana autoridade das **Santas Escrituras** como instrumento através do qual Deus pelo Espírito comunica sua palavra na Igreja e assim habilita as pessoas a responder com compreensão e fé. As Escrituras são “testemunho único e inspirado para revelação divina”, e “a norma primária para a fé e vida cristã”.



3.7 Entretanto, as Escrituras devem ser traduzidas, lidas e compreendidas, e seu significado deve ser entendido através de um processo contínuo de interpretação. Desde o século XVII, os Anglicanos sustentam que as Escrituras devem ser compreendidas e lidas à luz proporcionada pelos contextos de “tradição” e “razão”.

3.8 De certo modo **tradição** significa as Escrituras propriamente ditas, no que elas personificam “a tradição”, “a mensagem”, e “a fé outrora dada aos santos”. Tradição refere-se a contínua vida guiada pelo Espírito da Igreja que recebe e, ao receber interpreta de maneira atualizada a mensagem eterna de Deus. A tradição viva abrange os credos ecumênicos e as orações eucarísticas clássicas, os quais com as Escrituras são formadores de sua mensagem essencial. Tradição não deve ser compreendida como um acúmulo de fórmulas e textos, mas sim como a compreensão viva, o centro vital da Igreja. O apelo Anglicano à tradição é o apelo a esta Compreensão da Igreja influenciada pela adoração, ensinamento e vida no Espírito.

3.9 Na verdade, “**razão**” significa simplesmente a capacidade do ser humano para simbolizar, e assim ordenar, compartilhar e comunicar sua experiência. É a dádiva divina em virtude da qual as pessoas respondem e agem com percepção em relação ao seu mundo e a Deus, e estão abertas para aquilo que é a verdade em todo o tempo e lugar. Razão não pode ser separada das Escrituras nem da tradição, já que nenhuma é concebida separada da atividade da razão. Em outra perspectiva, razão significa nem tanto a capacidade de dar sentido a coisas como aquilo “que faça sentido” ou “que seja razoável”. O apelo a razão então torna-se o que as pessoas - e isto quer dizer pessoas em um determinado tempo e lugar - entendem por bom senso ou senso “comum”. Refere-se ao que pode ser chamado “a compreensão de uma cultura particular”, com suas maneiras características de ver as coisas, perguntar sobre elas, e explicá-las. Se tradição é a compreensão que os Cristãos compartilham como fiéis e membros da Igreja, razão é a compreensão que eles compartilham como participantes em uma determinada cultura.

**3.10** O Anglicanismo vê a razão no sentido da “compreensão” da cultura na qual a Igreja vive e o Evangelho é proclamado, como um instrumento legítimo e necessário para a interpretação da mensagem de Deus nas Escrituras. Algumas vezes as Escrituras afirmam novos discernimentos de uma determinada cultura ou era; algumas vezes elas desafiam ou contradizem estes discernimentos. A Palavra de Deus é dirigida a Igreja como parte do mundo. O Evangelho nascido das Escrituras deve ser ouvido e interpretado nas línguas que dão testemunho ao “discernimento” e purificam a experiência do mundo. Tradição e razão são, portanto, no jeito Anglicano, dois contextos distintos nos quais as Escrituras falam e pelas quais são interpretadas.

**3.11** O característico jeito Anglicano de viver com uma constante e dinâmica interação das Escrituras, tradição e razão significa que o desígnio de Deus tem de ser constantemente atualizado, não somente cada época, como também em cada contexto. Além do mais, a experiência da Igreja como ela é vivida em diferentes lugares tem algo para contribuir para o discernimento do desígnio de Cristo para a Igreja. Nenhuma cultura, nenhum período da história tem o monopólio de discernimento na verdade do Evangelho. É essencial para a completa percepção da verdade que o contexto esteja em diálogo com o contexto. Algumas vezes a experiência vivida de uma determinada comunidade possibilita que a verdade Cristã seja percebida de uma maneira nova por toda a comunidade. Em outras situações um desejo por mudança ou reafirmação da fé em algum lugar provoca uma crise dentro de toda a Igreja. Com o objetivo de manter a Comunhão Anglicana vivendo como uma comunidade dinâmica de fé, e buscando a relevância da compreensão da fé, estruturas para aconselhamento e decisão são parte essencial da vida da Comunhão.